



RELATÓRIO
ANUAL DE
ATIVIDADES

2020



Aprovado em Reunião de Assembleia a 9/6/2021



Índice

I. Nota Introdutória.....	3
II. Princípios Orientadores.....	4
III. Desempenho Organizacional.....	5
Eixo Liderança Estratégica.....	6
Eixo Recursos Humanos.....	7
Eixo Clientes.....	10
Eixo Qualidade dos Serviços.....	12
Eixo Inovação e Desenvolvimento.....	13
Eixo Sustentabilidade.....	18
IV. Análise Económica ou Financeira.....	19
V. Proposta de Aplicação de Resultados.....	21
Anexos	
Peças finais de apresentação de contas	
Certificação legal de contas	
Parecer do Conselho Fiscal	

14

I. Nota Introdutória

Neste Relatório de Atividades estão espelhadas as atividades desenvolvidas durante o ano de 2020 pela Associação Portuguesa de Paralisia cerebral de Faro (APPC). Neste documento efetua-se uma análise dos resultados atingidos em função dos eixos estratégicos estabelecidos para o triénio 2018-2020, refletindo a análise do desempenho e compromisso da Instituição na manutenção da qualidade dos serviços que presta.

O ano de 2020 revelou-se um ano atípico e um enorme desafio para todos e não menos desafiante para o sector terciário na área da prestação de serviços a populações vulneráveis. Assim, a APPC reajustou-se continuamente durante o ano de 2020, para dar resposta às necessidades constantes de um período exigente como foi o período pandémico. Desenvolveu as suas atividades com base na estratégia organizacional, tendo sempre como foco a sua Missão, Visão, Valores e Políticas de governação.

A Instituição teve especial atenção às exigências económicas e sociais deste período, um ano particularmente exigente nestes sectores, o que se refletiu na otimização dos serviços prestados através da racionalização dos recursos existentes, tendo em conta critérios de eficiência, eficácia, qualidade e excelência.



II. Princípios Orientadores

Missão

Desenvolver respostas de excelência no âmbito da reabilitação/habilitação, da inclusão social e profissional de forma a promover as capacidades e a qualidade de vida dos cidadãos com deficiência e incapacidade enquanto membros de pleno direito da sociedade que integram.

Visão

Ser uma organização de referência na região, ao nível dos serviços que prestamos, apostando na satisfação permanente dos clientes através de respostas inovadoras e adaptadas a novas realidades.

Valores

- **Respeito:** Deverá existir entre os diversos intervenientes da organização um clima de respeito mútuo, de forma a garantir um serviço de qualidade. O espírito de equipa, de colaboração e solidariedade deve ser privilegiado pelos colaboradores a fim de se promover um bom relacionamento entre todos.
- **Confiança:** Os colaboradores deverão contribuir para um clima de segurança e estabilidade dentro da organização.
- **Confidencialidade:** Os colaboradores devem proteger a dignidade, a privacidade e a confidencialidade dos indivíduos que apoiam, agindo de uma forma sigilosa no âmbito da ética profissional que lhes é devida.
- **Responsabilidade e Competência:** Os colaboradores devem agir de forma responsável no exercício das suas funções, no âmbito das competências que lhes estão atribuídas e agir com espírito de missão, visando a adoção de condutas que prestigiem a organização. Na sua prática profissional devem ter um comportamento zeloso na utilização dos materiais e equipamentos da organização.



III. Desempenho organizacional

De acordo com o Plano Estratégico para o triénio 2018-2020 a APPC Faro apresentou para o ano de 2020 um Plano Anual de Atividades baseado nos seus seis eixos estratégicos, nomeadamente:

- Liderança Estratégica
- Recursos Humanos
- Clientes
- Qualidade dos Serviços
- Inovação e Desenvolvimento
- Sustentabilidade

De realçar que, estavam previstos para 2020 um total de 20 objetivos estratégicos e 29 objetivos operacionais. A figura abaixo apresenta a distribuição do número de objetivos estratégicos por eixo estratégico.

Número de Objetivos Estratégicos por Eixo Estratégico

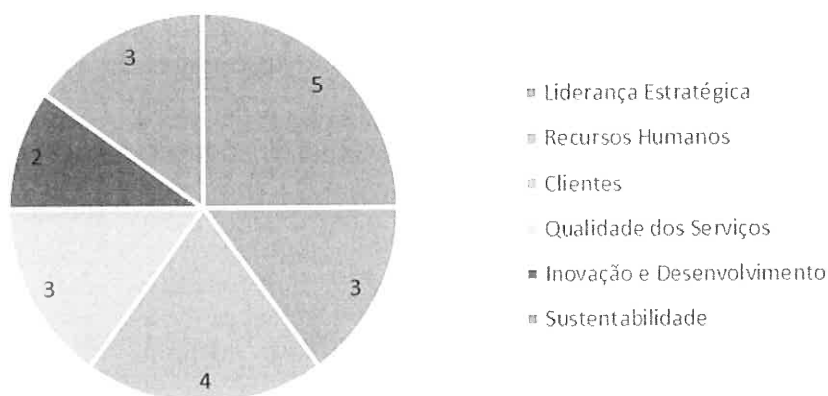


Figura 1

No entanto, atendendo à situação pandémica e às alterações que sofreu todo o planeamento dos serviços a análise do desempenho organizacional será apresentada em seguida baseando-se nos eixos estratégicos definidos para o triénio 2018-2020.



Eixo Liderança Estratégica

No que respeita à promoção da justiça social, em 2020 foram mobilizados esforços significativos para atender às necessidades apresentadas pelos clientes das várias respostas sociais tendo sido efetuadas um total de 366 medidas, sendo que o acréscimo verificado esteve diretamente relacionado com medidas na área da saúde e dos apoios sociais.

Relativamente à promoção da responsabilidade social importa referir que, foi necessário proceder ao encaminhamento de clientes e suas famílias para o programa nacional de emergência alimentar e verificámos que todas as situações foram atendidas com sucesso. Durante este período continuámos a apoiar os clientes ao nível dos equipamentos e produtos de apoio necessários para satisfazer situações pontuais através do nosso Banco de Produtos de Apoio, assim como, com roupas e outros materiais de que dispomos para as situações de maior vulnerabilidade apresentadas. De realçar que a instrução de processo de atribuição de produtos de apoio obteve um acréscimo superior a 50% em 2020.

Atendendo ao impacto dos serviços na comunidade a APPC em 2020 manteve-se como interveniente ativo no Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social do concelho de Faro, estando presente em todas as reuniões e iniciativas organizadas por este núcleo.

Aderimos a 1 de Setembro ao Núcleo Executivo do Concelho Local de Ação Social do concelho de Loulé, divulgando os serviços da instituição e disponibilizando-nos como um recurso concelhio.

Em 2020 estava prevista a conclusão do projeto europeu *“Quality of Life for All”* (QoL4ALL) mais concretamente a partilha de boas práticas e experiências de sucesso entre as instituições parceiras deste projeto ERASMUS+, tendo sido necessário adiar as últimas atividades do projeto para o primeiro semestre de 2021, nomeadamente o curso de formação em melhores práticas para a promoção da qualidade de vida de pessoas adultas com deficiência grave e profunda e as reuniões de trabalho transnacionais.

Eixo Recursos Humanos

Atendendo ao desenvolvimento da instituição e em linha com os objetivos estratégicos no ano de 2020 registou-se a criação de mais um posto de trabalho, uma técnica superior de serviço social para as respostas de CAO e Ambulatório.

Em outubro de 2020 a APPC Faro candidatou-se à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS), no âmbito do conjunto de medidas de carácter extraordinário e temporário, destinadas aos trabalhadores e empregadores afetados pela pandemia da doença COVID-19, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do sector solidário com atividade na área social e da saúde. Em novembro de 2020 o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., aprovou a candidatura e foram admitidos 2 candidatos para reforçar preventivamente o pessoal afeto às respostas sociais Lar Residencial e Residência Autónoma, contribuindo para assegurar as atividades e os recursos humanos e garantir a continuidade do apoio a todos os utentes institucionalizados em ambas as respostas sociais.

Devido à situação pandémica aplicámos nos colaboradores do Lar o modelo de equipas em espelho (regime permanente) entre 1 de abril e 8 de maio e em regime misto nos meses de novembro e dezembro para deste modo garantirmos a operacionalidade do serviço, o distanciamento de segurança dos postos de trabalho e para proteção e salvaguarda da saúde dos residentes e colaboradores.

Nas restantes respostas sociais os colaboradores estiveram em teletrabalho o que permitiu atividades de acompanhamento à distância aos beneficiários e suas famílias

No que concerne à formação os resultados encontram-se abaixo dos do ano passado devido à suspensão de todas as atividades de 16 de março a 18 de maio em virtude do confinamento geral. Nesse sentido, privilegiámos ações de formação que melhor respondessem às necessidades dos colaboradores apesar das inúmeras ofertas que iam surgindo por via não presencial e que não correspondiam ao interesse e necessidades dos colaboradores.

Realizámos 9 ações de formação, que corresponderam a um volume de 1068 horas de formação. As ações desenvolvidas abrangeram a totalidade dos colaboradores devido ao

ênfase dado nas medidas dos vários planos de contingência da APPC a nível de novos procedimentos de higienização das instalações, da utilização dos espaços físicos, da utilização de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e outros temas significativos que contribuíram para o sucesso da instituição na adaptação a esta nova realidade pandémica. Face ao ano anterior registámos um decréscimo de 64% no volume de formação.

Foram tempos difíceis e muito exigentes para todas as equipas, no entanto congratulamo-nos com todo o trabalho realizado que demonstrou muita dedicação, empenho e profissionalismo de todos os colaboradores.

Importa, referir que, apesar da situação pandémica, continuámos com os estágios curriculares e profissionais,.

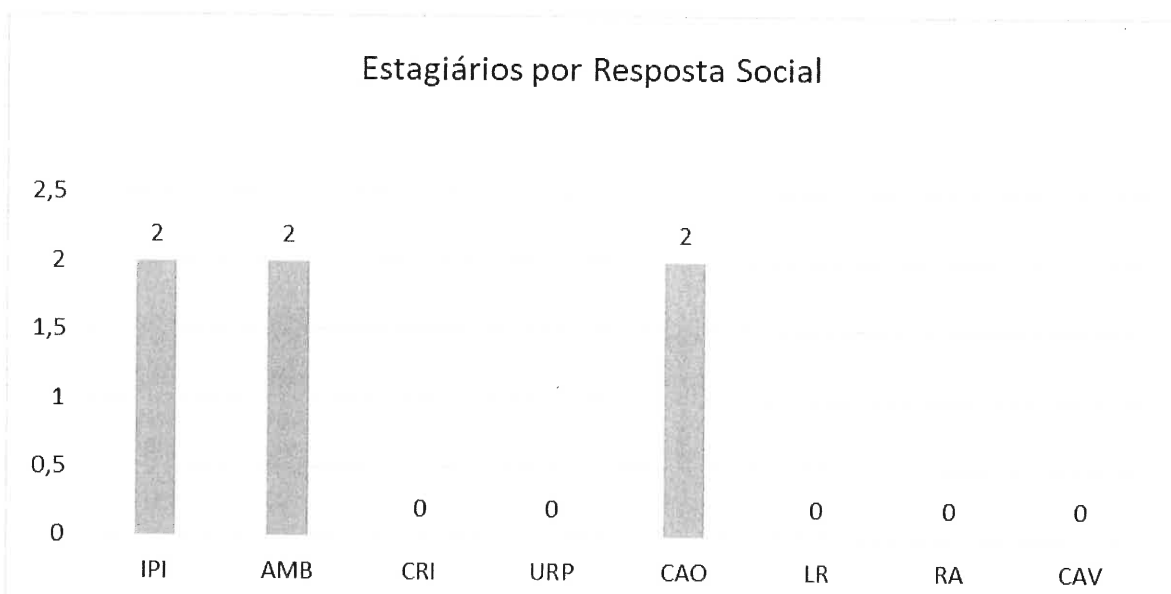


Figura 2

O gráfico é representativo do número de estagiários na APPC em 2020, distribuídos pelas respostas sociais: Intervenção Precoce na Infância (2 estagiários), Ambulatório (2 estagiários) e Centro de Atividades Ocupacionais (2 estagiários). As áreas dominantes incidiram na terapia ocupacional e ortoprotesia.

No programa de voluntariado da continuou-se a assumir um compromisso com o corporativismo e envolvimento das partes interessadas, favorecendo o trabalho em rede.



Voluntários em 2020 por Género

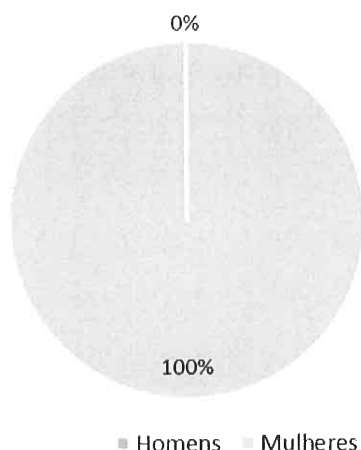


Figura 3

Em 2020, a APPC contou com o apoio de 4 voluntários na realização das atividades com os clientes, integrados na resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.

Habilitações Literárias dos Voluntários em 2020

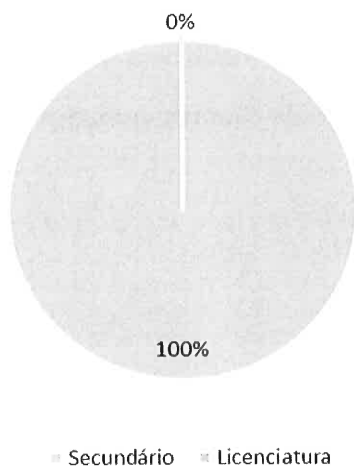


Figura 4

As habilitações literárias dos voluntários que participaram nas atividades da instituição em 2020, incidiam no nível de ensino secundário. Não se identificaram voluntários com grau académico superior ao nível de Licenciatura.

124

Eixo Clientes

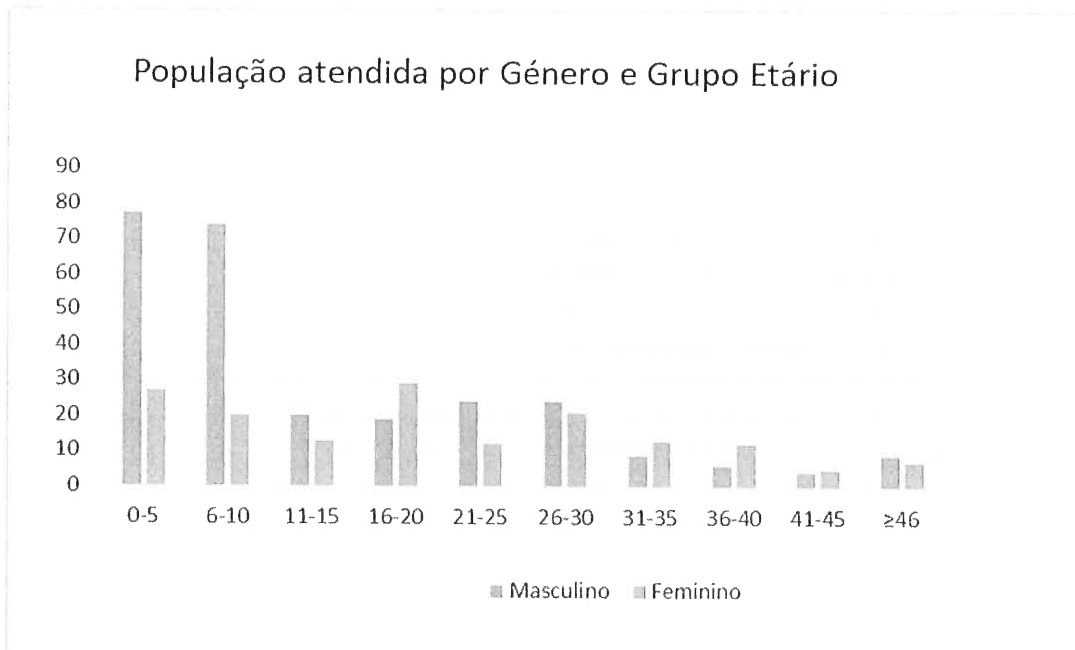


Figura 5

O gráfico apresentado na figura 2 revela que em 2020 a população apoiada pela APPC Faro foi sobretudo do género masculino (63%), com maior incidência nas faixas etárias dos 0-5 anos e dos 6-10 anos de idade. Esta maior incidência nestas faixas etárias relaciona-se com as respostas sociais com o maior número de clientes apoiados (IPI e AMB).

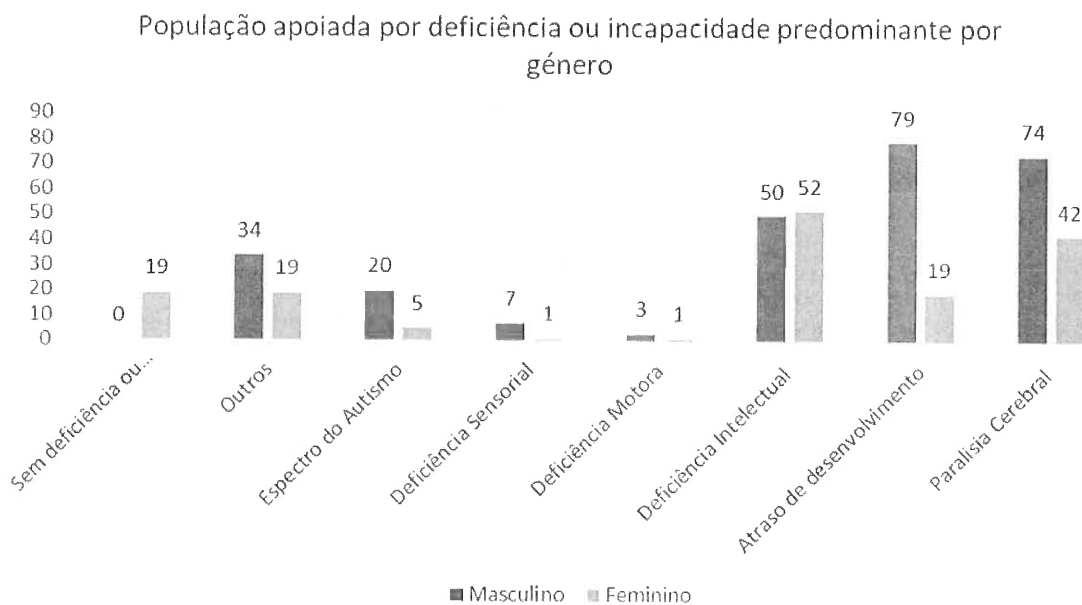


Figura 6

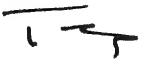
O gráfico da figura acima apresentado caracteriza a população apoiada, em 2020, por género quanto ao tipo de deficiência ou incapacidade predominante. As deficiências ou incapacidades mais predominantes na população atendida são a paralisia cerebral, o atraso de desenvolvimento e a deficiência intelectual.



Figura 7

Em 2020 foram apoiados 606 clientes, contudo, permaneceram em lista de espera 73 potenciais clientes. De acordo com a informação apresentada no gráfico da figura 4 pode-se verificar que a resposta social com maior número de clientes em lista de espera continua a ser o Lar Residencial, face ao número de vagas disponíveis.

No âmbito da promoção da qualidade de vida dos clientes foi possível atender à novas necessidades e expectativas dos clientes, mesmo com todos os constrangimentos que a pandemia trouxe para a vida de cada um. No que respeita ao planeamento individual da intervenção, este sofreu alterações significativas, tendo sido necessário adotar novas medidas de apoio aos clientes, adaptadas substancialmente ao contexto domiciliário, tendo um impacto muito significativo na participação e envolvimento dos clientes em toda a dinâmica da instituição, uma vez que, foram suspensas as atividades por um período superior a três meses em 2020 e alguns clientes por motivos de saúde e por pertencerem aos grupos de risco face à exposição ao coronavírus reduziram substancialmente a sua participação nas atividades disponibilizadas.



Eixo Qualidade dos Serviços

Em 2020 as respostas sociais implementaram novas metodologias de intervenção para ultrapassar os constrangimentos causados pela pandemia por COVID-19, tais como: colaboração com ELI Faro na criação de uma página em plataforma digital para técnicos, educadores e pais de IPI para sugestões de atividades educativas e terapêuticas; reuniões de equipa por ZOOM, Whatsapp, Meet; Intervenção à distância através das plataformas digitais, sessões/consultas síncronas por videoconferência e sessões assíncronas (envio de fichas, exercícios, orientações e planos de intervenção extraordinários).

No sentido de assegurar a prestação de serviços adequados às necessidades e expectativas dos clientes foram desenvolvidas um total de 9745 sessões terapêuticas (2193 Fisioterapias, 3150 Terapias Ocupacionais, 1509 Terapias da Fala, 901 sessões de Psicologia e 1992 sessões de Serviço Social), respeitando as recomendações das autoridades de saúde e os planos de contingência da instituição.

No que respeita à partilha de boas práticas com instituições de referência (nacionais ou internacionais) a instituição adaptou à nova realidade e manteve as suas redes de trabalho através dos meios digitais continuando a participar nas reuniões e sessões de benchmarking e benchlearning.



Eixo Inovação e Desenvolvimento

A inovação e o desenvolvimento dos serviços continua a ser um desafio para a transformação e melhoria organizacional da instituição e em 2020 destacam-se os projetos apresentados no quadro em seguida.

Nome	Descrição	Objetivos	Entidade Financiadora	Custo Total	Valor do Financiamento	Estado de Execução	Parcerias
Projeto- Piloto MAVI (Movimento de Apoio à Vida Independente)	A candidatura deste projeto – piloto traduz-se na abertura de um Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) que disponibiliza assistentes pessoais a pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de atividades de vida diária e de mediação em contextos diversos. A Assistência Pessoal é um serviço especializado através do qual é disponibilizado apoio à pessoa com deficiência para a realização de atividades que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, não possa realizar por si própria, com o objetivo de promover a sua autonomia e participação nos diversos contextos de vida, e de acordo com as suas necessidades e vontades.	<ul style="list-style-type: none"> - Prestar serviços de assistência pessoal à pessoa com deficiência ou incapacidade, para a realização de atividades que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, esta não a possa realizar por si própria; - Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos com deficiência ou incapacidade, respeitando as necessidades e especificidades de cada um dos beneficiários; - Promover a autonomia e vida independente da pessoa com deficiência ou incapacidade, evitando os processos de institucionalização; - Promover a dignidade e autodeterminação da pessoa; - Promover o aproveitamento de oportunidades para a saúde, a participação, segurança e acesso a ofertas de desenvolvimento pessoal e profissional; - Facilitar a plena inclusão social da pessoa com deficiência ou incapacidade por meio de planos individualizados de assistência pessoal (PIAP) centrados na pessoa e definidos por esta, em colaboração com a equipa técnica do CAVI. 	Programa Operacional Regional do Algarve – CRESC ALGARVE 2020	1.345.678,27€	1.345.678,27€	Em execução	---



Nome	Descrição	Objetivos	Entidade Financiadora	Custo Total	Valor do Financiamento	Estado de Execução	Parcerias
Quality of life for all	Este projeto consiste na elaboração de um programa de educação para a promoção da qualidade de vida de pessoas adultas com deficiência grave e profunda. Mediante a identificação de áreas-chave de melhoria da qualidade de vida destas pessoas e das práticas de sucesso partilhadas entre os parceiros estratégicos deste projeto, pretende-se melhorar a qualidade da intervenção, através de práticas credíveis e sustentáveis, assentes num modelo lógico que alinha os diferentes níveis dos sistemas (micro, meso e macro) e que preconiza as orientações internacionais científicas mais recentes em matéria de qualidade de vida, assentes nos princípios estabelecidos consensualmente pelos especialistas internacionais nesta matéria.	Com este projeto pretende-se promover a educação de adultos com deficiência e incapacidade, através da promoção da sua qualidade de vida. Procura-se melhorar a oferta de programas de intervenção ao nível da educação de adultos no que respeita ao desenvolvimento pessoal das suas capacidades e potencialidades, da sua autodeterminação, inclusão, assim como, dos seus direitos.	ERASMUS +	185.662,00€	185.662,00€	Em execução	European Platform for Rehabilitation (Bélgica) Istituto Don Calabria (Itália) Josefsheim gGmbH (Alemanha) Fundación San Francisco de Borja para personas con discapacidad intelectual (Espanha)



Nome	Descrição	Objetivos	Entidade Financiadora	Custo Total	Valor do Financiamento	Estado de Execução	Parcerias
Sala de Relaxamento, Meditação e Bem-estar	Projeto co-financiado pelo INR (Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P) relacionado com a promoção de qualidade de vida para pessoas com deficiência. Este projeto consistiu na reestruturação de três salas de atividades para jovens e adultos com paralisia cerebral e situações neurológicas afins.	Promover a qualidade de vida de pessoas com multideficiência grave e profunda, de carácter permanente, cujas capacidades não permitem o exercício de uma atividade produtiva Proporcionar um período de bem estar e relaxamento.	INR	3.032,36€	2.029,61€	Executado	---
Daqui p'ra ali	Projeto co-financiado pelo INR (Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P) relacionado com a promoção de qualidade de vida para pessoas com deficiência. Este projeto no usufruto de aulas de capoeira para jovens e adultos com paralisia cerebral e situações neurológicas afins.	Aumento de experiências e qualidade de vida dos jovens através das aulas e da interação com outras instituições e artistas. Manuseamento dos instrumentos que conduziram a um aumento de vocabulário expressivo.	INR	5,995.97€	3.649,19€	Executado	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Preto, Brasil
e-Psico	Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. permitiu equipar o gabinete de psicologia com recursos e instrumentos de avaliação inovadores para satisfazer as necessidades, expectativas e potencialidades dos nossos clientes que apresentam maior vulnerabilidade em termos de saúde mental.	Aquisição de uma avaliação psicológica mais completa no que respeita às funções neurocognitivas, nomeadamente, orientação, memória, linguagem, atenção e funções executivas, motricidade e lateralidade para melhorar o processo de diagnóstico. Promoção e aumento de competências pessoais e sociais promovendo comportamentos pró-sociais no âmbito da intervenção psicológica na área da deficiência.	INR	4.352,06€	3.149,94€	Executado	---

Nome	Descrição	Objetivos	Entidade Financiadora	Custo Total	Valor do Financiamento	Estado de Execução	Parcerias
Programa ADAPTAR SOCIAL +	Devido à necessidades de adaptação das respostas sociais e da instituição ao contexto da pandemia causada pela doença COVID-19, foi necessário recorrer ao sistema de incentivos para mitigar custos com a implementação de medidas preventivas de contágio da COVID-19.	Beneficiar de apoios para aquisição de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores e utentes; aquisição e instalação de equipamentos de higienização; aquisição e instalação de equipamentos para monitorização de parâmetros vitais que permitam detetar precocemente sintomas de COVID-19; e isolamento físico de espaços.	Instituto da Segurança Social, I.P.	10.000€	8.000€	Executado	---
“Conservação e melhoria das instalações da Sede da APPC Faro”	Atendendo ao fluxo crescente de utilizadores dos seus espaços físicos, a conservação das instalações reúne uma preocupação premente dado o desgaste dos últimos vinte e dois anos do edifício sede. O edifício sede é constituído por múltiplos espaços com luz natural e acesso direto ao exterior sendo as janelas e estas portas todas em vidro, que pela natureza dos serviços prestados de reabilitação estavam, na sua maioria, equipados há mais de vinte anos com estores interiores que condicionam a visibilidade externa, quando necessário, e protegem os clientes e colaboradores da luz direta e do calor intenso. Deste modo, a instituição necessitou de substituir 35 estores interiores de 155cmx300cm.	Substituir 35 estores interiores das salas e gabinetes do edifício sede. Melhorar o espaço e infraestruturas do edifício sede, nomeadamente sistemas de aquecimento.	Apoio ao Associativismo do Município de Faro	14.980,07€	7.341,57€	Executado	---

Nome	Descrição	Objetivos	Entidade Financiadora	Custo Total	Valor do Financiamento	Estado de Execução	Parcerias
Laboratório de Comunicação Aumentativa	Este projeto consiste em equipar a Instituição com uma ferramenta completa de avaliação e intervenção ao nível dos produtos de apoio à comunicação, na promoção das boas práticas inclusivas	Avaliar in loco o perfil funcional de cada cliente de forma individualizada, através de ferramentas especializadas e determinar qual o equipamento de Produtos de Apoio à Comunicação mais adequado e que permite uma melhor optimização da eficiência e eficácia do utilizador. Com a implementação do mesmo será possível dar resposta às necessidades de uma população muito heterogénea de crianças, jovens e adultos, em idade pré-escolar e escolar, e adultos também, com patologias diversas que condicionam, em maior ou menor grau, a comunicação e a aprendizagem; promover o acesso a uma educação inclusiva mais equitativa e proporcionar assim condições que permitam a autonomia, a integração, a atividade e participação das crianças e jovens, nos vários contextos em que se inserem.	Fundação Altice Portugal	8.900,00€	8.900,00€	Executado	Fundação Altice Portugal



Eixo Sustentabilidade

As organizações do terceiro sector que dependem, fundamentalmente, do financiamento do estado, continuam a enfrentar o desafio de encontrar soluções que promovam a sua sustentabilidade. Assim, a angariação de recursos financeiros ou outros, assume uma importância crescente, tendo-se verificado em 2020 uma “Taxa de autofinanciamento” de 10,11%. No que respeita às taxas de execução orçamental, houve uma diminuição tanto ao nível da receita como da despesa, situando-se nos 97,65% para a receita e 94,14% para a despesa face ao previsto.

No ano de 2020, à semelhança do que aconteceu em várias outras instituições e serviços, a instituição debateu-se com toda a situação provocada pela pandemia do COVID-19. Se por um lado a atividade foi bastante condicionada por outro lado o ano de 2020 foi um ano de grandes desafios no que respeita à comunicação.

A comunicação foi essencial na disseminação do plano de contingência e contribuiu para o sucesso deste. Tendo em conta que a APPC Faro tem serviços diferenciados e geograficamente dispersos, só através de uma boa e funcional rede de comunicação interna pode contribuir para a eficácia do mesmo.

O facto de termos de evitar os contactos pessoais e o recurso ao teletrabalho e à realização de atividade através de plataformas digitais implicou desafios e oportunidades à comunicação.

Neste ano bastante atípico, o grande foco da direção da APPC Faro foi conseguir responder de forma adequada, não só as necessidades emergentes trazidas pela pandemia, como conseguir dar resposta às necessidades dos seus clientes, o que implicou reforçar os canais de comunicação e a alteração das estratégias de intervenção com a passagem da atividade presencial para digital.



IV. Análise Económica ou Financeira

O exercício de 2020 foi praticamente dominado pela pandemia de Covid-19 que obrigou a muitos e rigorosos cuidados que implicaram algumas restrições na atividade da Instituição, entretanto compensadas pelo funcionamento durante todo o ano da resposta social iniciada em 2019, o Centro de Apoio à Vida Independente.

Neste sentido, registou-se um aumento de atividade na ordem dos 4,5% e a manutenção dos resultados líquidos em linha com o ano anterior, fruto de uma boa gestão dos gastos com fornecimentos e serviços externos e controle do aumento esperado dos gastos com pessoal derivados do funcionamento em pleno e durante todo o ano do Centro de Apoio à Vida Independente, aumento esse que foi compensado com o aumento dos subsídios concedidos pelo estado.

CONTAS DE EXPLORAÇÃO	2019	2020	TX. CRESC.
GASTOS	2 019 420,81 €	2 110 939,55 €	4,53%
RENDIMENTOS	2 087 215,30 €	2 179 812,40 €	4,44%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	67 794,49 €	68 872,85 €	1,59%
IMPOSTO SOBRE O REND. DO EXERCÍCIO	-62,16 €		-100,00%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67 732,33 €	68 872,85 €	1,68%

CONTAS DE GASTOS	2019	2020	Tx. Cresc.
FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	381 638,27 €	329 105,15 €	-13,77%
GASTOS COM O PESSOAL	1 416 111,91 €	1 584 846,40 €	11,92%
DEPRECIACÕES	125 651,41 €	119 207,61 €	-5,13%
JUROS SUPORTADOS	5 438,78 €	4 151,19 €	-23,67%

CONTAS DE RENDIMENTOS	2019	2020	Tx. Cresc.
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	173 483,85 €	168 184,66 €	-3,05%
SUBSÍDIOS - ESTADO E O.E.PÚBLICOS	1 762 364,38 €	1 918 467,50 €	8,86%
DONATIVOS	55 981,83 €	42 378,10 €	-24,30%

A manutenção dos resultados líquidos permitiu um ano sem grandes problemas de tesouraria, onde foi possível uma diminuição das contas a pagar aos fornecedores na ordem dos 11,8% e uma redução do financiamento bancário em 8,80% para os 212.504,66 € (em 2014 ascendia a 428.000 €).

RUBRICAS DO BALANÇO	2019	2020	Tx. Cresc.
TOTAL DO ATIVO	2 089 574,89 €	2 144 417,07 €	2,62%
CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES	45 650,92 €	40 262,09 €	-11,80%
FINANC. OBTIDOS	233 009,47 €	212 504,66 €	-8,80%

V. Proposta de Aplicação de Resultados

Os mapas relativos às contas de gerência encontram-se em anexo.

Neste ano de 2020 como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se resultados líquidos positivos no valor de 68.872,85 €, os quais a Direção propõe que sejam transferidos para Resultados Transitados.

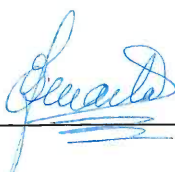
Faro, 08 de Junho de 2021

Elaborado por: Diretora Executiva

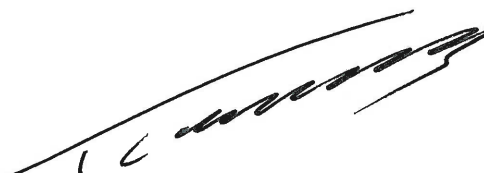


Aprovado por:

Presidente da Direção



Presidente da Assembleia Geral



ANEXO 1

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS

**PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS**

NISS 20018155009

ANO 2020

DADOS INSTITUIÇÃO**Nome**

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE FARO

NIPC

509656226

Natureza Jurídica

ASSOCIAÇÃO

Telefone

289 82 88 14

Morada SedeRUA DA GUINÉ-BISSAU, 2
8005 - 203 FARO**Email**

INFO@APPC-FARO.ORG.PT

Identificação do Equipamento

APPC-FARO SEDE

Resposta Social

AMBULATÓRIO

CENTRO DE ACT. OCUPACION.

CENTRO DE ACT. OCUPACION. II

INTERVENÇÃO PRECOCE

CENTRO DE APOIO À VIDA

CENTRO DE APOIO À VIDA INDEP.

CENTRO DE RECURSOS P/ INCLUSÃO

UNID. DE REABILIT. PROFISSIONAL

N.º Médio Utentes

100

37

19

60

20

20

170

31

LAR RESIDENCIAL E RESIDÊNCIA
AUTÓNOMA APPC FARO

LAR RESIDENCIAL

RESIDÊNCIA AUTÓNOMA

20

5

APROVADO PELA DIREÇÃO**DATA**

08 de Junho de 2021

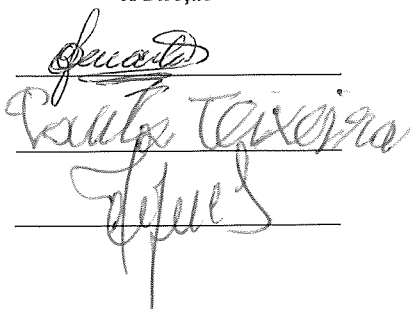
APROVADO PELA ASSEMB. GERAL**DATA**

09 de Junho de 2021

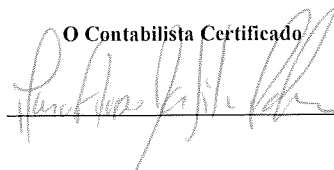


RUBRICAS	NOTAS	ANO DE 2020	ANO DE 2019
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5	1 651 621,34 €	1 747 288,24 €
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL			
ATIVOS INTANGÍVEIS	6	116 958,60 €	120 207,45 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	15	13 370,18 €	8 784,72 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS			
		1 781 950,12 €	1 876 280,41 €
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIO	9	133,38 €	154,88 €
CLIENTES		263,75 €	384,13 €
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		4 328,41 €	4 657,19 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS		240,00 €	135,00 €
OUTRAS CONTAS A RECEBER		27 905,66 €	23 950,05 €
DIFERIMENTOS		3 859,10 €	2 235,60 €
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS			
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	15	325 736,65 €	181 777,63 €
		362 466,95 €	213 294,48 €
TOTAL DO ATIVO		2 144 417,07 €	2 089 574,89 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS			
EXCEDENTES TÉCNICOS			
RESERVAS			
RESULTADOS TRANSITADOS	18	95 580,51 €	27 848,18 €
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO			
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	12	1 416 358,07 €	1 481 460,98 €
RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	18	68 872,85 €	67 732,33 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1 580 811,43 €	1 577 041,49 €
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES			
PROVISÕES ESPECÍFICAS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5,8	196 441,92 €	194 996,21 €
OUTRAS CONTAS A PAGAR			
		196 441,92 €	194 996,21 €
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES		40 262,09 €	45 650,92 €
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES			
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		67 327,58 €	64 109,25 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5,8	16 062,74 €	38 013,26 €
DIFERIMENTOS		2 569,40 €	2 569,40 €
OUTRAS CONTAS A PAGAR		240 941,91 €	167 194,36 €
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			
		367 163,72 €	317 537,19 €
TOTAL DO PASSIVO		563 605,64 €	512 533,40 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		2 144 417,07 €	2 089 574,89 €

A Direção



O Contabilista Certificado




CC 66502

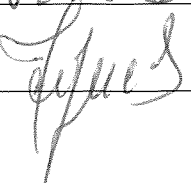


RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</u>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES E UTENTES		168 606,14	173 478,85
PAGAMENTOS DE SUBSIDIOS			
PAGAMENTOS DE APOIOS		-1 427,46	-91 028,80
PAGAMENTOS DE BOLSAS		-69 495,97	-91 594,36
PAGAMENTOS A FORNECEDORES		-340 633,46	-402 483,72
PAGAMENTOS AO PESSOAL		-1 065 106,10	-952 986,72
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		-1 308 056,85	-1 364 614,75
<u>PAGAMENTO/RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</u>		-62,16	-103,79
<u>OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS</u>			
RECEBIMENTOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO, SUBSÍDIOS E PROJETOS		1 943 020,39	1 752 924,40
RECEBIMENTOS DE DONATIVOS E OUTROS REND. SUPLEMENTARES		39 112,49	63 588,16
OUTROS RECEBIMENTOS		14 638,53	7 364,47
OUTROS PAGAMENTOS		-508 865,93	-429 272,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		179 786,47	29 885,73
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
<u>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS		-21 971,12	-10 645,80
ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		-5 169,46	-3 741,24
OUTROS ACTIVOS			
<u>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS			
ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		600,78	871,92
OUTROS ACTIVOS			
SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO		15 929,07	6 530,25
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		5,01	10,23
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-10 605,72	-6 974,64
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
<u>RECEBIMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
REALIZAÇÃO DE FUNDOS			
COBERTURA DE PREJUIZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
<u>PAGAMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	8	-20 504,81	-58 646,43
JUROS E GASTOS SIMILARES	8	-4 716,92	-5 951,81
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE FUNDOS			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-25 221,73	-64 598,24
<u>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)</u>		143 959,02	-41 687,15
<u>EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO</u>	13		
<u>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO</u>		181 777,63	223 464,78
<u>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</u>	15	325 736,65	181 777,63

A Direção

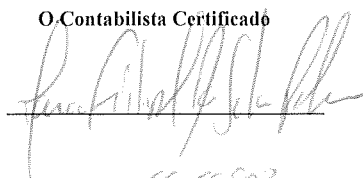


Paula Teixeira



Paulo

O Contabilista Certificado



cc 06502

Nota 1 – Identificação da Entidade

Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro, contribuinte n.º 509656226, com sede em Rua da Guiné-Bissau, n.º.2 8005-203 Faro. Constituída em 27 de dezembro de 2004 com respetiva publicação no Diário da República 3ª. Série n.º. 25 de 04 de fevereiro de 2005, tendo como atividade principal Actividades de Apoio Social para Pessoas c/ Deficiência c/ Alojamento (CAE 87302).

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social com utilidade pública, reconhecida pela Direcção Geral da Segurança Social, registada sob o número 60/2007 a fls. 149 v.º. e 150 do livro n.º. 11 das Associações de Solidariedade Social, conforme declaração publicada em Diário da República 2ª. Série n.º. 156 de 14 de agosto de 2007. De acordo com o Art.º. 8º. dos seus Estatutos, “*A Associação tem por objetivo a prevenção, habilitação, participação, inclusão social e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras*”.

Nota 2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com o referencial da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 36-A/2011 de 09 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º. 98/2015 de 02 de Junho.

O sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras;
- Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (Aviso n.º. 8259/2015 de 29 de julho);
- Normas interpretativas (Aviso n.º. 8258/2015 de 29 de julho);



- Código de contas (Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho);
- Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho);

A sua adoção ocorreu pela primeira vez no exercício de 2012, pelo que as quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com este referencial, não existindo a necessidade de qualquer reconciliação ou reclassificação.

Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência;
- Materialidade e agregação;
- Compensação;
- Informação Comparativa;

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se descritas junto às notas dos respetivos itens.



Nota 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros ou alterações relevantes nas estimativas relativamente ao período anterior.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às ações necessárias para os colocar em funcionamento/utilização, deduzidos das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, se existirem. Os ativos fixos tangíveis em curso, correspondem aos ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes, passam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para operar de acordo com o pretendido. As despesas subsequentes que existem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não aumentem a vida útil dos mesmos.

A Associação não detém quaisquer ativos classificados como património histórico, artístico e cultural.

As amortizações foram calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os elementos de reduzido valor serão amortizados de acordo com o estabelecido no Art.º 19 do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL ESTIMADA
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	NÃO SÃO AMORTIZADOS
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	DE 10 A 50 ANOS
EQUIPAMENTO BÁSICO	DE 4 A 8 ANOS
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	DE 4 A 8 ANOS
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	DE 3 A 8 ANOS
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	DE 4 A 7 ANOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis encontram-se discriminados no quadro seguinte:

RUBRICAS		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇ.	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. TRANSPORTE	EQUIP. ADMINISTR.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 01/01/2019		4 987,98 €	2 929 345,88 €	370 100,56 €	407 297,85 €	179 093,80 €	1 894,25 €	0,00 €	3 892 720,32 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		0,00 €	-1 122 534,14 €	-334 143,35 €	-399 797,86 €	-173 256,57 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 031 626,17 €
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 01/01/2019		4 987,98 €	1 806 811,74 €	35 957,21 €	7 499,99 €	5 837,23 €	0,00 €	0,00 €	1 861 094,15 €
2019	AQUISIÇÕES / DOAÇÕES			6 832,71 €		1 763,93 €			8 596,64 €
	REVALORIZAÇÕES								
	TRANSFERÊNCIAS								
	ALIENAÇÕES / ABATES								
	DEPRECIACÕES		-97 899,05 €	-16 963,79 €	-3 750,00 €	-3 789,72 €			-122 402,56 €
REGULARIZAÇÕES				0,01 €				0,01 €	
PERDAS POR IMPARIDADES									
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 31/12/2019		4 987,98 €	2 929 345,88 €	376 933,27 €	407 297,85 €	180 857,73 €	1 894,25 €	0,00 €	3 901 316,96 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		0,00 €	-1 220 433,19 €	-351 107,14 €	-403 547,85 €	-177 046,29 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 154 028,72 €
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 31/12/2019		4 987,98 €	1 708 912,69 €	25 826,13 €	3 750,00 €	3 811,44 €	0,00 €	0,00 €	1 747 288,24 €
2020	AQUISIÇÕES / DOAÇÕES		10 986,38 €	9 305,48 €					20 291,86 €
	REVALORIZAÇÕES								
	TRANSFERÊNCIAS								
	ALIENAÇÕES / ABATES								
	DEPRECIACÕES		-97 852,69 €	-11 132,73 €	-3 750,00 €	-3 223,34 €			-115 958,76 €
REGULARIZAÇÕES									
PERDAS POR IMPARIDADES									
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 31/12/2020		4 987,98 €	2 940 332,26 €	386 238,75 €	407 297,85 €	180 857,73 €	1 894,25 €	0,00 €	3 921 608,82 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		0,00 €	-1 318 285,88 €	-362 239,87 €	-407 297,85 €	-180 269,63 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 269 987,48 €
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 31/12/2020		4 987,98 €	1 622 046,38 €	23 998,88 €	0,00 €	588,10 €	0,00 €	0,00 €	1 651 621,34 €



Encontra-se na contabilizado na rubrica Edifícios e Outras Construções o edifício onde funciona o Lar Residencial e Residência Autónoma que foi dado como garantia de dois empréstimos: um de 350.000,00 € contraído para financiar a empreitada de construção do mesmo e cujo capital em dívida a 31 de dezembro de 2020 é de 135.995,98 € e outro de 100.000,00 € contraído para apoio de tesouraria e cujo capital em dívida a 31 de dezembro de 2020 é de 76.508,68 €. O edifício encontra-se escriturado por 994.363,63 € e tem um valor líquido de amortizações atual de 592.866,40 €.

Nota 6 – Activos Fixos Intangíveis

O valor reconhecido na conta de ativos intangíveis corresponde unicamente à doação, pelo prazo de 50 anos, efetuada pelo Município de Faro à Associação, dos direitos de superfície de um terreno com o objectivo de nele ser edificado o Lar Residencial e Residência Autónoma referido na nota anterior. Foi escriturado por 162.442,50 € e está a ser amortizado pelo método da linha reta à taxa de 2%, apresentando neste momento os seguintes valores contabilizados:

RUBRICAS	DIREITOS DE SUPERFÍCIE - TERRENOS	
	2020	2019
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA A 01 DE JANEIRO	162 442,50 €	162 442,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-42 235,05 €	-38 986,20 €
QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA A 01 DE JANEIRO	120 207,45 €	123 456,30 €
AQUISIÇÕES / DOAÇÕES		
REVALORIZAÇÕES		
TRANSFERÊNCIAS / ALIENAÇÕES / ABATES		
DEPRECIAÇÕES	-3 248,85 €	-3 248,85 €
PERDAS POR IMPARIDADES		
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA A 31 DE DEZEMBRO	162 442,50 €	162 442,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-45 483,90 €	-42 235,05 €
QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA A 31 DE DEZEMBRO	116 958,60 €	120 207,45 €

Nota 7 – Locações

A instituição celebrou no exercício de 2017 pelo período de 60 meses, um contrato de renting relativo ao aluguer de um multifunções mediante um pagamento de uma renda mensal. Também em 2020 celebrou, por um período de 36 meses, outro contrato de renting relativo ao aluguer de uma viatura. Em qualquer dos casos, não existe cláusula de opção de compra.

As rendas mensais são contabilizadas como gastos do período pelo montante dispendido.

Nota 8 – Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos pela Associação, são contabilizados como gastos do período em que são incorridos. Não existiram quaisquer capitalizações de custos de empréstimos obtidos. Também não se verificam quaisquer incumprimentos relativos aos empréstimos contraídos.

A evolução dos empréstimos obtidos e dos seus respetivos custos foi a seguinte:

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	MONTANTES
SALDO INICIAL 2019	291 655,90 €
REFORÇOS	0,00 €
AMORTIZAÇÕES	-58 646,43 €
SALDO FINAL 2019 / INICIAL 2020	233 009,47 €
REFORÇOS	0,00 €
AMORTIZAÇÕES	-20 504,81 €
SALDO FINAL 2020	212 504,66 €

JUROS EMP.	MONTANTES
2019	5 411,81 €
2020	4 119,69 €



Anexo às Demonstrações Financeiras – Ano 2020

Nota 9 – Inventários

À data de 31 de dezembro de 2020, estavam reconhecidos nas rubricas de inventários, o valor de 133,38 €.

Apurou-se da seguinte forma o CMVMC:

RUBRICAS	2020	2019
SALDO INICIAL	154,88 €	103,24 €
COMPRAS	1 392,95 €	4 711,76 €
DOAÇÕES	135,00 €	537,28 €
REGULARIZAÇÕES	0,00 €	0,00 €
SALDO FINAL	133,38 €	154,88 €
C.M.V.M.C.	1 549,45 €	5 197,40 €

Na conta 383 – Reclassificação e regularização de Inventários, verificou-se os seguintes movimentos relativos a donativos:

38 - RECLASS. E REG. INVENTÁRIOS	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
SALDO INICIAL 2020			0,00 €
OUTROS DONATIVOS	135,00 €		135,00 €
CONSUMO APPC		135,00 €	0,00 €
SALDO FINAL 2020			0,00 €

Nota 10 – Rédito

O rédito encontra-se reconhecido pelo montante da retribuição recebida ou a receber de acordo com o período a que respeitam.

O rédito reconhecido no presente exercício e no anterior encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	2020	2019
VENDAS		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	168 184,66 €	173 483,85 €
QUOTAS DOS UTILIZADORES	157 040,66 €	155 109,85 €
QUOTIZAÇÕES E JÓIAS	1 494,00 €	2 004,00 €
CONSULTAS E TRATAMENTOS	9 650,00 €	16 370,00 €
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 918 467,50 €	1 818 346,21 €
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL	1 055 981,76 €	1 031 387,40 €
DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	117 189,59 €	117 189,59 €
AUTARQUIAS	13 150,00 €	13 850,00 €
OUTROS	689 768,05 €	599 937,39 €
<u>Instituto do Emprego e Formação Profissional</u>	<u>287 902,64 €</u>	<u>305 515,91 €</u>
<u>Administração Regional de Saúde</u>	<u>33 121,54 €</u>	<u>33 115,84 €</u>
<u>Outros (Erasmus + e CRESC Algarve)</u>	<u>368 743,87 €</u>	<u>261 305,64 €</u>
DOAÇÕES E HERANÇAS	42 378,10 €	55 981,83 €
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	12,05 €	26,64 €
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	93 146,05 €	95 352,40 €
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	9 966,56 €	10 718,96 €
OUTROS	83 179,49 €	84 633,44 €
<u>Imputação de Subsídios para Investimentos</u>	<u>65 508,81 €</u>	<u>65 863,02 €</u>
<u>Compensação Amortizações Doações</u>	<u>15 523,17 €</u>	<u>17 773,09 €</u>
<u>Outros</u>	<u>2 147,51 €</u>	<u>997,33 €</u>
JUROS, DIVID. E OUTROS REND. SIMILARES	2,14 €	6,20 €
TOTAL	2 179 812,40 €	2 087 215,30 €

Nota 11 – Provisões

Não estão constituídas quaisquer provisões.

Nota 12 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios relacionados com rendimentos, recebidos como compensação por gastos ou perdas incorridas, são reconhecidos como rendimento no período a que respeitam. Em 2020, foram contabilizados os seguintes, por comparação a 2019:

RUBRICAS	2020	2019
ISS, IP - CENTRO DISTRICTAL DE SEG. SOCIAL DE FARO	1 055 981,76 €	1 031 387,40 €
DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	117 189,59 €	117 189,59 €
AUTARQUIAS	13 150,00 €	13 850,00 €
OUTROS	698 596,79 €	604 216,57 €
Instituto do Emprego e Formação Profissional	287 902,64 €	305 515,91 €
Administração Regional de Saúde	33 121,54 €	33 115,84 €
Programa Erasmus +	0,00 €	25 413,00 €
CRESC Algarve FSE	368 743,87 €	235 892,64 €
Instituto Nacional Reabilitação	8 828,74 €	4 279,18 €
TOTAL	1 884 918,14 €	1 766 643,56 €

Em 2020, permanecem como principais entidades financiadoras o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Administração Regional de Saúde do Algarve, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e, desde o ano de 2019, o CRESC Algarve.

Os subsídios relacionados com activos encontram-se apresentados no balanço como uma componente dos fundos patrimoniais, sendo reconhecidos como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efectuadas em cada período.

A evolução dos mesmos no presente exercício apresenta-se da seguinte forma:

INVESTIMENTOS	VALOR SUBSÍDIO	2020		2019	
		DEPRECIACÕES	VALOR LÍQUIDO	DEPRECIACÕES	VALOR LÍQUIDO
EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE	1 876 024,74 €	-33 087,34 €	926 445,44 €	-33 087,34 €	959 532,78 €
EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO LAR E R. AUTÓNOMA	531 009,47 €	-26 560,60 €	304 118,63 €	-28 556,81 €	330 679,23 €
AQUISIÇÃO VIA TURA 79-TP-54	8 875,49 €	-2 218,88 €	0,00 €	-2 218,87 €	2 218,88 €
PINTURA EDIFÍCIO SEDE	10 000,00 €	-1 000,00 €	6 000,00 €	-1 000,00 €	7 000,00 €
PINTURA E OBRAS LAR RESIDENCIAL	10 000,00 €	-1 000,00 €	7 000,00 €	-1 000,00 €	8 000,00 €
ASSOCIATIVISMO (OBRAS E EQUIP. DIVERSOS)	13 871,82 €	-1 641,99 €	12 229,83 €		6 530,25 €
TOTAL	2 449 781,52 €	-65 508,81 €	1 255 793,90 €	-65 863,02 €	1 313 961,14 €



Este método também é utilizado para as doações em espécie de ativos e para as doações em numerário que corresponderão no futuro à aquisição de ativos.

Estas doações encontram-se escrituradas da seguinte forma:

INVESTIMENTOS	VALOR DOADO	2020		2019	
		DEPRECIAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	DEPRECIAÇÕES	VALOR LÍQUIDO
MUN. FARO - DIREITOS SUPERF. TERRENO LAR E RESID.	162 442,50 €	-3 248,85 €	116 958,60 €	-3 248,85 €	120 207,45 €
BPI CAPACITAR - EQUIP. PROJ. "PEDIASUIT"	36 125,62 €	-1 187,74 €	0,00 €	-4 669,50 €	1 187,74 €
MODELO E CONTINENTE - EQUIP. PROJ "FAZ A CONTECER"	15 000,00 €	-1 982,99 €	108,04 €	-1 977,45 €	2 091,03 €
GASCAN - PROJETO "HIDROTERAPIA SEGURA "	15 000,00 €	-1 500,00 €	6 000,00 €	-1 500,00 €	7 500,00 €
FUNDAÇÃO EDP - PROJETO "PLANTAR SORRISOS"	14 000,00 €	-1 400,00 €	5 600,00 €	-1 400,00 €	7 000,00 €
BRISA - PROJETO "OS SETE SENTIDOS" + PINTURA EDIF.	22 000,00 €	-2 936,79 €	10 252,84 €	-2 936,79 €	13 189,63 €
TEORYMUNDI - RELVA ARTIFICIAL JARDIM SENSORIAL	20 404,99 €	-2 040,50 €	14 283,49 €	-2 040,50 €	16 323,99 €
FUND. ALTICE - LAB. COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA	8 587,50 €	-1 226,30 €	7 361,20 €		
TOTAL	293 560,61 €	-15 523,17 €	160 564,17 €	-17 773,09 €	167 499,84 €

Nota 13 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

A Associação utiliza na sua contabilidade o euro como moeda principal. À data de encerramento do balanço, a Associação não detém quaisquer valores monetários ou não, líquidos ou a receber, que sejam necessários transpor para a moeda principal.

Nota 14 – Impostos Sobre o Rendimento

Conforme descrito na nota 1, a Associação é uma instituição particular de solidariedade social com utilidade pública, reconhecida pela Direcção Geral da Segurança Social. Face a esse reconhecimento, goza de isenção automática de IRC, nos termos da b) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC. Porém, de acordo com o n.º 3 do artigo 10º. “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários ...”.

Neste âmbito a Instituição apresenta rendimentos gerados pela atividade do bar do pessoal. Estes rendimentos encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21, % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Neste ano de 2020 como esta atividade registou prejuízos fiscais, não haverá lugar ao pagamento de IRC.



Nota 15 – Instrumentos Financeiros

A Associação utiliza, para os instrumentos financeiros à sua disposição, as seguintes bases de mensuração:

- Método do custo, deduzido de perdas por imparidade, se as houver para fornecedores, contas a receber e a pagar, empréstimos bancários e investimentos financeiros.

Relativamente aos valores reconhecidos em Caixa e Depósitos Bancários, estes correspondem a valores imediatamente realizáveis.

À data de fecho do Balanço, a Associação detém os seguintes valores escriturados na conta Investimentos Financeiros:

RUBRICAS	2020	2019
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	13 370,18 €	8 784,72 €
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	13 370,18 €	8 784,72 €
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	10 977,13 €	6 391,67 €
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO	1 893,05 €	1 893,05 €
CRÉDITO AGRÍCOLA - TÍTULOS	500,00 €	500,00 €

Nota 16 – Benefícios dos Empregados

Neste exercício de 2020, existiram em média 99 colaboradores ao serviço. Os seus gastos associados e a comparação relativa ao exercício de 2019 encontram-se discriminados na tabela seguinte:

RUBRICAS	2020	2019
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	1 296 090,93 €	1 160 911,65 €
REMUNERAÇÕES MENS AIS	939 843,39 €	836 964,58 €
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS / NATAL	163 817,85 €	143 463,67 €
DIUTURNIDADES	40 397,62 €	33 138,77 €
SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	74 825,76 €	84 644,29 €
SUBSÍDIO DE TURNO	26 132,58 €	25 917,79 €
OUTRAS	51 073,73 €	36 782,55 €
INDEMINIZAÇÕES	4 312,01 €	3 260,33 €
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	269 260,48 €	236 303,95 €
SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO	13 265,53 €	12 472,98 €
OUTROS GASTOS COMO O PESSOAL	1 917,45 €	3 163,00 €
TOTAL REMUNERAÇÕES E ENCARGOS	1 584 846,40 €	1 416 111,91 €

Também existiram em média 9 prestadores de serviços, que originaram um gasto total de 55.059,00 €.

Nota 17 – Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Associação não são remunerados e são compostos da seguinte forma:

- Direcção (composto pela Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretária, três Vogais e dois Suplentes);
- Assembleia Geral (composto pelo Presidente e dois Secretários);
- Conselho Fiscal (composto pelo Presidente e dois Vogais).

Foram realizadas eleições para os Órgãos Sociais em dezembro de 2018 para o quadriénio 2019 – 2022, tendo ficado com a seguinte composição:

ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
DIRECÇÃO	MARTA MARCELA GARI DE CARDOSO	PRESIDENTE
	CARLOS MANUEL DAS NEVES MIGUEL	VICE - PRESIDENTE
	PAULO JORGE DE ALMEIDA GONÇALVES TEIXEIRA	TESOUREIRO
	ANA LUÍSA MOREIRA S. FERNANDES DE SOUSA	SECRETÁRIA
	GRACIETE MARIA PONTES DE CAMPOS	VOGAL
	CRISTINA ISABEL GUERREIRO SOBRAL	VOGAL
	MARIA DE DEUS GONÇALVES CORREIA	VOGAL
	MARIA MANUELA FERNANDES TEIXEIRA	SUPLENTE
	ESMERALDA MARIA DO VALE MOTA DOMINGOS	SUPLENTE



ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL	JOAQUIM EDUARDO G. TEIXEIRA DÁRIO JOSÉ CARDOSO CARLOS ALBERTO R. RODRIGUES	PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO	CONSELHO FISCAL	JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO MANUEL JOÃO S. GONÇALVES CARLOS MANUEL PERA NUNES	PRESIDENTE VOGAL VOGAL

Nota 18 – Aplicação de Resultados do Exercício

As contas de 2020 foram aprovadas pela Direção em 08 de junho de 2020, tendo sido deliberado a passagem dos resultados do ano para a conta de Resultados Transitados.

Nota 19 – Situação Contributiva Regularizada

À data de fecho do Balanço, a Associação não apresentava dívidas ao estado em situação de mora.

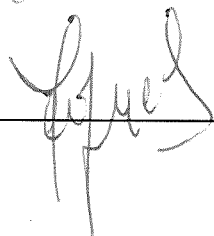
Nota 20 – Acontecimentos Após a Data de Fecho do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020, ou se registaram outros factos susceptíveis de mudar a situação relevada nas contas.

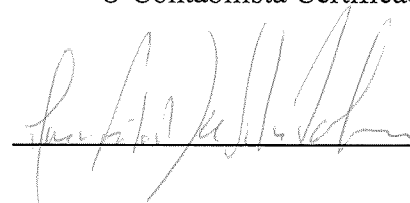
A Direção

A handwritten signature in cursive script, positioned above a horizontal line.

Paula Teixeira

A handwritten signature in cursive script, positioned above a horizontal line.

O Contabilista Certificado

A handwritten signature in cursive script, positioned above a horizontal line.

CC 66502

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS**

ANO DE 2020



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.144.417 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.580.811 euros, incluindo um resultado líquido de 68.873 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e as Demonstrações de Alterações nos Fundos Patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção e do Conselho Fiscal pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

Ag



acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

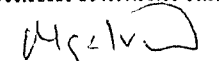
Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Faro, 8 de junho de 2021

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

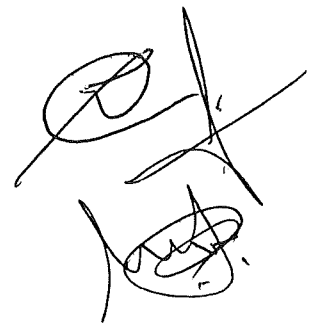
ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


Representada por:

João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587

**PARECER
DO
CONSELHO FISCAL**

ANO DE 2020



Parecer do Conselho Fiscal

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro (doravante denominada por “APPC”) relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2020, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e da competência da Direção da APPC (doravante denominada por “Direção”).

1

No âmbito das nossas funções, acompanhámos a evolução da atividade da APPC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Direção e dos serviços da APPC todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinamos as demonstrações financeiras da APPC, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 evidenciando um total de 2.144.417,07 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.580.811,43 euros, onde inclui um resultado líquido do período (positivo) de 68.872,85 euros, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas relativo ao período findo.

Adicionalmente, analisamos o Relatório de Gestão de período de 2020, o qual inclui a proposta de aplicação do resultado líquido de período.

Em resultado da revisão legal de contas realizada por Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por João Miguel Pinto Galvão, Revisor Oficial de Contas n.º 587, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2020, apreciamos o conteúdo da respetiva Certificação Legal de Contas, a qual foi emitida em 08 de junho de 2021, com uma opinião não modificativa (sem reservas) e sem ênfases.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os Estatutos da APPC e ou os preceitos legais aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal (doravante designado por "CF") é de parecer que a Assembleia Geral:

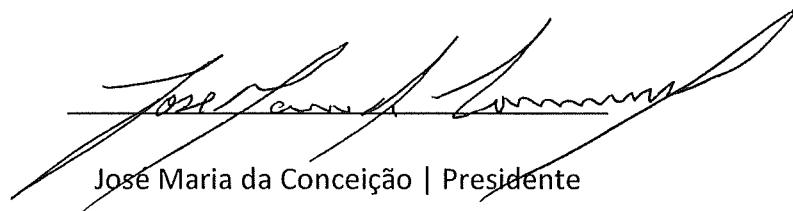
1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2020, tal como foram apresentados pela Direção;
2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período de 2020 proposta pela Direção.

2

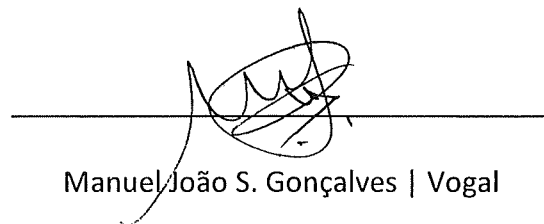
Finalmente, o CF agradece à Direção, aos serviços da APPC e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da entidade, toda a colaboração prestada no exercício das funções.

Faro, 08 de junho de 2021

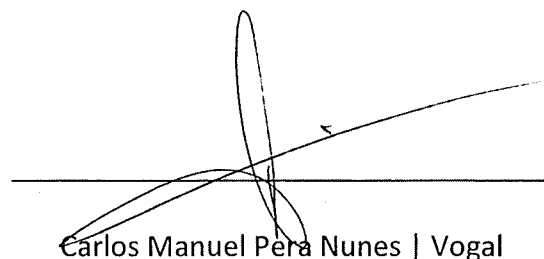
O Conselho Fiscal,



José Maria da Conceição | Presidente



Manuel João S. Gonçalves | Vogal



Carlos Manuel Pera Nunes | Vogal